

Governo corre risco com a moratória interna

Luiz Fernando

Com uma dívida em títulos federais de CZ\$ 2 trilhões 260 bilhões, dos quais quase CZ\$ 1 trilhão vendidos a empresas públicas, bancos e grandes companhias privadas e multinacionais e o restante na carteira do Banco Central, o governo corre sérios riscos se aceitar a proposta do PFL de fazer uma moratória interna. De acordo com o presidente da Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), Cristiano Buarque Franco Neto, e com o ex-diretor da dívida pública do BC, José Júlio Senna, os problemas decorrerão do descrédito total da poupança, fuga de capitais e caos econômico, sem resultar em eficaz combate à inflação e ao déficit público.

Só garantimos operações *overnight*, de curtíssimo prazo, são CZ\$ 513 bilhões 316 milhões em letras do Banco Central. E esses recursos vêm, basicamente, do caixa de grandes empresas, que não podem deixar dinheiro parado sob pena de perderem, no mínimo, 20% ao mês. O que acontecerá, por exemplo, pergunta José Júlio Senna, com uma empresa sólida e sem dívidas que, de repente, tenha

seu caixa bloqueado ou parcialmente retido? Não terá como pagar seus compromissos e nem a folha salarial, responde.

Cristiano Buarque Franco Neto, assim como José Júlio Senna, lembra que a economia cresceu muito em 1986, com juros baixos, e agora vive uma situação de aumento acelerado das taxas, redução nas vendas e na atividade produtiva. Franco Neto considera totalmente equivocada a proposta defendida pelo PFL, pois visa a combater a inflação pelos efeitos, e não pela causa.

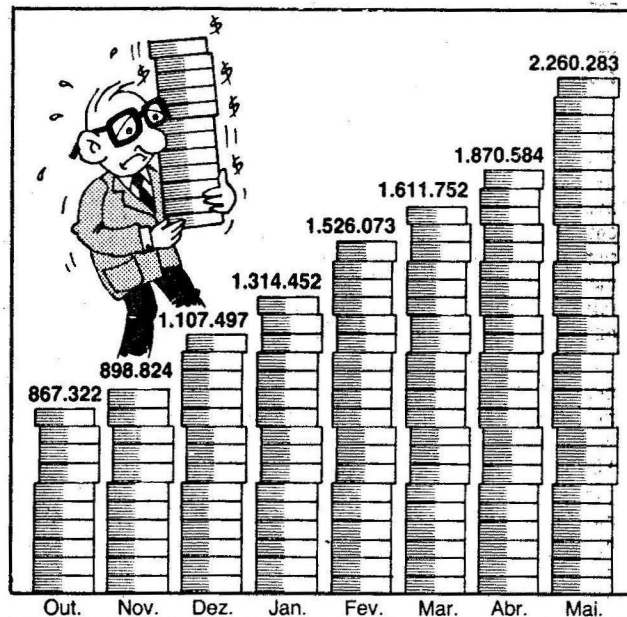
— No momento em que se propõe o não-cumprimento de obrigações pelo governo, que deve sempre dar o exemplo, corre-se o risco de levar o resto da sociedade ao caos, estimulando o não-pagamento de impostos e mesmo a suspensão de salários, em uma reação em cadeia. O momento já é muito difícil e ao invés de enfrentarmos esta realidade, o que se propõe é uma solução imatura. Ter crédito não é um privilégio, é uma responsabilidade — afirma Franco Neto temeroso de que o Brasil perca a credibilidade e passe a ser encarado como “um país de caloteiros.”

Como o governo deve uma vez e meia o correspondente à sua arrecadação no ano passado e vem gastando muito mais do que recolhe em impostos, ele não pode fechar o mercado de crédito para seus títulos, sob pena de ter que emitir moeda quando não encontrar mais financiador para seus gastos.

Franco Neto lembra que há dois caminhos para a renegociação da dívida interna: explícito e implícito. “Quando coloca mais títulos em circulação, o Banco Central está implicitamente rolando a dívida interna e mantendo suas obrigações e acordos com os credores, sem precisar tomar medidas drásticas”, alerta. José Júlio Senna lembra que o governo se endividou demais, provocando juros elevados. Sem ter como medir o custo da dívida interna, Senna lembra que varia de 0,7% a 6% ao ano, além da correção monetária, sem considerar o deságio na venda de OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), que eleva mais os encargos.

Editorial
Plataforma do Calote

Dívida interna em títulos



Fonte: Banco Central